



A “gotinha” contra a pólio: erradicação de doenças se volta contra a vacina



Primeira vacina contra covid: desconfiança na pandemia cresceu

Por Isabel Dourado

O Ministério da Saúde tem intensificado a vacinação em escolas como uma das principais estratégias para recuperar a alta cobertura vacinal entre crianças e adolescentes — público prioritário da maioria das vacinas ofertadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa busca facilitar o acesso aos imunizantes, combater a hesitação vacinal e reforçar a importância da vacinação.

Criado em 1973, o PNI foi responsável por campanhas intensivas de vacinação que resultaram na erradicação da varíola e no controle de doenças como sarampo, rubéola, difteria, coqueluche, poliomielite e outras enfermidades. Apesar do sucesso do programa, nos últimos anos o Brasil sofreu com a queda das coberturas vacinais. Especialistas apontam que houve um enfraquecimento institucional do programa durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na avaliação de Flávio da Fonseca, virologista do Departamento de Microbiologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o enfraquecimento da confiança nas vacinais foi resultado de uma conduta irresponsável por parte de diversas figuras públicas, não apenas governantes, mas também outras personalidades que desabonaram o papel da vacina como ferramenta fundamental da saúde pública global.

Vítimas de si mesmas

“Isso só foi possível porque também existe um fenômeno social interessante, que eu costumo descrever assim: as vacinas são as maiores vítimas de si mesmas. Por quê? Porque, por exemplo, há 30 ou 40 anos, as pessoas temiam doenças que estavam presentes no seu cotidiano. Temia-se a poliomielite, por exemplo, porque todos sabiam o que acontecia com uma criança infectada pelo vírus da pólio e as sequelas que a poliomielite deixa. A mesma coisa em relação à varíola: havia um medo da morte. Então as pessoas viviam as doenças”, explica o virologista.

Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), reforça essa visão. Para ela, muitas pessoas já não percebem a gravidade das doenças, e por isso, deixam de se vacinar ou acabam adiando a ida aos postos de saúde. “Muitas dessas doenças são raras atualmente, o que gera uma falsa sensação de segurança. Fora o sarampo — que voltou porque perdemos o controle lá atrás —, a maioria das pessoas não vê mais essas doenças, e como diz o ditado: ‘O que os olhos não veem, o coração não sente’. Não basta dizer que a doença é grave. O que determina a decisão é a percepção de risco.”

Coqueluche

A diretora da SBIIm chama atenção para o recente aumento de casos de coqueluche no Brasil. A coqueluche também conhecida como tosse comprida, é uma doença infectocontagiosa causada pela bactéria *Bordetella pertussis*, que afeta o trato respiratório, incluindo traqueia e brônquios.

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2024, o país enfrentou um aumento de casos da doença, registrando 7.440 casos confirmados, atingindo o maior número de notificações

Vacinação nas escolas é aposta do governo para retomar cobertura

Brasil voltou ao ranking de crianças não imunizadas. Especialistas cobram comunicação mais eficaz



Vacinas foram aplicadas em escolas de 4,1 mil municípios

em uma década. Ballalai reforça a necessidade de a pasta ampliar as campanhas de conscientização. Segundo ela, é fundamental comunicar à população a importância de vacinas menos divulgadas, como a Vacina Tríplice Bacteriana (dTpa), que protege contra a Difteria, Tétano e Coqueluche, e é indicada, por exemplo, para gestantes.

Estratégia de êxito

Na tentativa de ampliar a cobertura vacinal no país, o Ministério da Saúde adotou a estratégia de levar a vacinação para dentro das escolas, com o objetivo de facilitar o acesso das crianças — público com o maior número de doses previstas no calendário vacinal. A iniciativa da pasta faz parte das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), que promove a vacinação de estudantes de até 15 anos.

De acordo com o ministério, a mobilização alavancou a aplicação de do-

ses no país. Em abril, foram registradas 212,1 mil doses aplicadas em crianças e adolescentes, dez vezes mais do que as realizadas no mês anterior (20,6 mil). Já o mês de maio responde pelo pico de 583,7 mil doses, o que representa mais de 25 vezes em relação a março.

Segundo o Ministério, 25 tipos de vacinas que fazem parte do calendário nacional, como HPV, BCG, Covid-19, dengue, febre amarela, meningite, influenza, poliomielite, sarampo, caxumba, rubéola e outras doenças imunopreveníveis, já foram aplicadas em ambiente escolar em estudantes de 4,1 mil municípios, ou seja, 74% das cidades brasileiras.

“Estamos mostrando que já começamos a recuperar esse grande esforço de salvar vidas no Brasil, por meio do nosso Programa Nacional de Imunizações (PNI). Ultrapassamos um milhão de crianças vacinadas nas escolas. Além disso, das 16 vacinas do

calendário nacional, tivemos aumento em 15 e apenas uma manteve-se estável. Até o final do ano, continuaremos intensificando nossas ações de vacinação”, afirmou o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em coletiva.

Ballalai, reforça que, embora o Ministério da Saúde tenha adotado essa estratégia, o Brasil ainda não conseguiu atingir a cobertura vacinal ideal. “A escola, sozinha, não é suficiente. E, na verdade, ela nem é a única estratégia do Ministério da Saúde. O ministério também elaborou um microplanejamento, que foi repassado aos municípios. É importante lembrar que quem vacina não é o ministério, são os municípios. Apenas os municípios. Esse microplanejamento inclui justamente ações de busca ativa, o que ajudou a melhorar as coberturas vacinais em algumas regiões. Mas, como eu disse, ainda não atingimos o ideal”, afirmou.

Volta do protagonismo

Na avaliação dos especialistas ouvidos pela reportagem, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) ainda precisa recuperar o seu protagonismo. Para isso, eles destacam a importância de um esforço articulado entre os governos federal, estadual e municipal. Eles reforçam que para isso é necessário um esforço conjunto da esfera federal, estadual e municipal.

Flávio da Fonseca destaca que os índices de cobertura vacinal no país ainda estão abaixo do ideal. Ele enfatiza que a vacinação continua sendo a ferramenta mais eficaz da saúde pública no enfrentamento e combate às doenças infecciosas. “A vacina é mais eficaz do que o tratamento, nem todas as doenças preveníveis por vacinas têm medicamentos adequados, o tratamento é oneroso para o governo e para a população pois demanda o uso de medicamentos caros. E as vacinas são gratuitas para nós.”

O virologista enfatiza que a vacinação carrega um forte componente de responsabilidade social “A vacina é um pacto social porque, ao vacinar a população, você impede que aquele determinado agente infeccioso circule. Então, você está protegendo indiretamente as pessoas que não estão vacinadas. É uma questão, inclusive, de responsabilidade social. Ao me vacinar, eu não protejo apenas a mim, mas também ao próximo.”

Comunicação estratégica

Outro ponto destacado pelos especialistas é a necessidade de campanhas de vacinação mais consistentes e de uma comunicação estratégica, alinhada ao comportamento atual da população. Em um cenário marcado pelo aumento da desinformação nas redes sociais, eles alertam que não basta apenas repassar informações na internet, segundo eles, é crucial compreender como as pessoas percebem o risco das doenças e o papel da vacinação na proteção coletiva.

“A comunicação precisa ser mais direcionada, especialmente considerando o comportamento da população. Em 2019, nós da Sociedade Brasileira de Imunizações fizemos uma pesquisa mostrando que a fonte em que a população brasileira mais confia quando se trata de assuntos de saúde é a televisão. Vimos que as pessoas que não se vacinaram (ou que deixam de tomar alguma dose) tendem a se informar principalmente pelas redes sociais”, esclarece Isabella Ballalai.

O virologista Flávio da Fonseca avalia que o enfraquecimento da cobertura vacinal deixado pelo governo anterior ainda tem reflexos no cenário atual e que a politização da vacinação causou um dano profundo à saúde pública. Segundo ele, hoje, o desafio está em como informar de forma eficaz, estratégica e adaptada ao comportamento da sociedade.

“A gente vive uma era de redes sociais, em que as informações são muito rápidas. O acesso à informação, todo mundo tem na palma da mão. Não acho que seja falta de campanha. Eu acho que é falta de estratégias. E não é nem que o governo atual — ou os governos, no plural, porque estou falando das esferas municipal, estadual e federal — estejam deixando de fazer algo. É que isso não depende simplesmente de campanhas de vacinação, mas de uma mudança de paradigma em como levar isso à população.”